

Um estudo sobre *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal (1959)*, de Bárbara Vasconcelos de Carvalho

Fernando Rodrigues de Oliveira¹

Resumo

Com o objetivo de contribuir para a compreensão de um importante momento da história do ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil, apresentam-se resultados da análise da configuração textual de *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal (1959)*, de Bárbara Vasconcelos de Carvalho (1915-2008). Os resultados obtidos com essa análise têm propiciado constatar que esse manual de ensino foi o primeiro do gênero publicado no Brasil e nele se encontra um conjunto de saberes relativos à literatura infantil, considerados necessários para a formação do professor primário, que foram sendo gradativamente estruturados, de acordo com os programas oficiais de ensino, e contribuíram para a constituição da literatura infantil como disciplina dos cursos normais primários no Brasil.

Palavras-chave

Ensino da literatura infantil; formação de professores; *Compêndio de literatura infantil*; Bárbara Vasconcelos de Carvalho; história da Educação.

Abstract

In order to contribute to understand an important moment of history of teaching children's literature on elementary teacher education courses in Brazil, one presents results about the textual configuration analysis of *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal (1959)*, by Bárbara Vasconcelos de Carvalho (1915-2008). The results from this analysis have led to comprise that this teaching manual was the first published in Brazil and in it have a set of know-

ledge related to children's literature considered necessary to the elementary teacher education, that it was gradually structured according to the official programs of teaching, contributing to the constitution of children's literature as school subjects on elementary teachers education courses in Brazil.

Keywords

Teaching children's literature; teacher education; *Compêndio de literatura infantil*; Bárbara Vasconcelos de Carvalho; history of Education.

Introdução

Como campo de conhecimento e tema de pesquisas acadêmico-científicas, a literatura infantil brasileira é relativamente recente no Brasil. Segundo Mortatti (2000b), os primeiros discursos produzidos por brasileiros *sobre* literatura infantil passaram a ser publicados durante as primeiras décadas do século XX, em forma de capítulos de livros, artigos em periódicos e textos resultantes de palestras e discursos.

A partir dos anos [19]70, intensifica-se a produção científica sobre o gênero, responsável pela emergência [...] de um campo de conhecimento específico, processo para o qual concorrem, entre outros: a gradativa inserção e institucionalização da literatura infantil como matéria de ensino e/ou disciplina em currículos de licenciaturas em Pedagogia e Letras, a exemplo do que já vinha ocorrendo no curso normal [...], seminários e congressos relativos à discussão [...] e a crescente produção acadêmica. (MORTATTI, 2000a, p. 11).

1 Pesquisador do Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus Marília. E-mail: fer.tupa@ig.com.br

Embora nas últimas décadas tenha sido produzido, no Brasil, um *corpus* considerável de textos *sobre* literatura infantil, segundo Mortatti (2000b), essa produção é ainda insuficiente diante das possibilidades de exploração da temática. Segundo Ceccantini,

fora dos grandes panoramas históricos, no entanto, está quase tudo ainda por ser feito no campo dos estudos da literatura infantojuvenil no Brasil. [...] Isso para não falar do caso de educadores e intelectuais de renome que chegaram a produzir obras para crianças e jovens, cujo interesse é dos mais legítimos, que não fosse pelas qualidades das obras, mas pelo renome dos autores – é o caso de Lourenço Filho, Leonardo Arroyo, Paulo Dantas ou mesmo Bárbara Vasconcelos de Carvalho, uma conhecida divulgadora da literatura infantojuvenil, com obra sobre o assunto lida por alunos do curso de magistério ao longo de várias décadas. (CECCANTINI, 2004, p. 28-29).

Ainda em relação à produção *sobre* literatura infantil, apesar de Mortatti (2000b) apontar a importância da institucionalização da literatura infantil como matéria/disciplina dos cursos normais e, mais recentemente, dos cursos de licenciatura em letras e pedagogia, inexistem pesquisas acadêmico-científicas que abordem o ensino da literatura infantil nesses cursos ou que tratem dos manuais de ensino de literatura infantil,² escritos por brasileiros durante o século XX, e que se destinavam à utilização pelos alunos dos cursos normais.

Com base no exposto e com o objetivo de contribuir para a compreensão de aspectos importantes da história do ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil, apresento, neste texto,³ os principais aspectos constitutivos do sentido do manual de ensino

Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal, de Bárbara Vasconcelos de Carvalho. Esse manual foi publicado em 1959, pela Companhia Editora Nacional, e teve significativa importância no âmbito do ensino da literatura infantil nos cursos normais, pois foi o primeiro do gênero publicado no Brasil (COELHO, 2006), tendo sido tomado por outros autores de manuais de ensino de literatura infantil como base para formular suas propostas para esse ensino.

Para a análise de *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º ano normal, utilizo o conceito de configuração textual, proposto por Mortatti, que consiste em enfocar:

o conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000a, p. 31).

Aspectos da vida, da formação e da atuação profissional de Bárbara Vasconcelos de Carvalho⁴

Nascida na cidade de Salvador, Bahia, em 1915, Bárbara Vasconcelos de Carvalho licenciou-se em letras neolatinas, em 1948,

2 “Manual de ensino” é aqui compreendido como um tipo de livro didático destinado à utilização em cursos de formação de professores e que contém os saberes teóricos e práticos considerados necessários para que os professorandos aprendam a ensinar determinada disciplina ou matéria do curso primário. O conceito que utilizo para “manual de ensino” é equivalente a outras expressões, como aponta Trevisan (2003, 2007), a saber: “manual pedagógico”; “tratado”; “manual didático”; “manual escolar”; e, até mesmo, “livro didático”.

3 Este texto decorre de pesquisa de mestrado em Educação (bolsa Fapesp – agosto de 2009 a julho de 2011), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-Unesp-Marília e vinculada ao Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (GPHELLB), que decorre do Projeto Integrado de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil e do Projeto Integrado de Pesquisa Bibliografia Brasileira sobre História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil: 2003-2011 (auxílio CNPq), todos coordenados por Maria do Rosário L. Mortatti. O GPHELLB está em funcionamento desde 1994, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela Unesp.

4 As informações contidas neste tópico foram localizadas em documentos que pertencem ao acervo pessoal de Bárbara Vasconcelos de Carvalho; em documentos da Escola Estadual Jácomo Stavale e da Escola Estadual Dr. Manuel José Chaves; em Coelho (2006); em Carvalho (2010); em Santos (2010); e em Belinky (1983).

pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, assumindo, em 1949, em sua cidade natal, seu primeiro cargo como professora para o magistério secundário e normal.

No início da década de 1950, na cidade do Rio de Janeiro, Carvalho fez alguns cursos de especialização em letras, tendo passado a atuar nas seguintes áreas: literatura brasileira, literatura portuguesa, semiologia e literatura infantil e juvenil.

No ano de 1953, Carvalho mudou-se para a cidade de São Paulo, após aprovação em concurso para ocupar o cargo de professora de língua portuguesa e, desde então, atuou em diversas escolas do estado, dentre elas, o Colégio Estadual e Escola Normal Jácomo Stavale, na capital paulista, onde recebeu o título de professora catedrática.

Além dessa atuação, Carvalho foi convidada, em 1957, para coordenar a equipe responsável pela reformulação dos programas de português do curso normal, ocasião na qual apresentou projeto para “introduzir o ensino da literatura infantil nos programas do referido curso” (SANTOS, 2001, p. 45), e ocupou, entre 1971 e 1973, o cargo de assessora da então secretária de Educação, Ester de Figueiredo Ferraz.⁵

Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, Carvalho dedicou-se ao estudo e ao ensino da literatura infantil, participando de cursos, palestras, congressos, seminários e conferências em diversos estados do Brasil (São Paulo, Rio Grande do Sul e Sergipe) e no exterior (Montevidéu, Uruguai); também tomou parte na organização pioneira de uma exposição de literatura infantil, no Departamento de Educação de São Paulo, durante a Semana da Normalista, em 1959. Além dessa atuação, Carvalho integrou importantes instituições e centros relacionados à literatura infantil e juvenil no Brasil, a saber: foi sócia-fundadora e presidenta do Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (Celiju), durante o biênio 1972-1974, e membro da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, sediada em São Paulo.

Após vários anos de dedicação ao estudo e ao ensino da literatura infantil no Brasil, Carvalho faleceu no ano de 2008, aos 93 anos.

Bárbara Vasconcelos de Carvalho: autora

Durante as décadas em que atuou no estado de São Paulo e em outros estados, Bárbara Vasconcelos de Carvalho teve publicada uma significativa quantidade de textos escritos.

Autora, desde 1956, de artigos em jornais e revistas, Carvalho também compôs antologias específicas para crianças em fase inicial de escolarização, obras de referência relacionadas à língua portuguesa e livros sobre história e crítica da literatura infantil brasileira.

Segundo Coelho,

preocupada com a leitura recreativa das crianças, [Carvalho] escreveu livros de literatura infantil, destinados às crianças que se iniciam na literatura e também “livros de leitura”, que unem a recreação com o aprendizado. (COELHO, 1983, p. 87).

Pude localizar, até o momento, referência de onze títulos de livros de literatura infantil escritos por Carvalho.

Além dos textos mencionados, Carvalho foi autora do primeiro manual de ensino de literatura infantil publicado no Brasil, no qual se concretiza a sua proposta para o ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil: *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal* (1959).

Do conjunto de textos escritos por Carvalho, localizei, até o momento, referência de setenta textos. Essas referências estão reunidas no documento *Bibliografia de e sobre Bárbara Vasconcelos de Carvalho*: um instrumento de pesquisa (OLIVEIRA, 2010), e estão organizadas da seguinte forma: manual de ensino: um; livros didáticos: dez; livros sobre literatura infantil: dois; livros de literatura infantil: catorze; livros de poesias: dois; livros de literatura infantil adaptados para a língua portuguesa: três; artigos em revistas: nove; artigos em jornais: nove; entrevistas: seis; poesias e contos em revistas: cinco; obras de referência: duas; livros de literatura infantil publicados em outras línguas: quatro; e livros inéditos: três.

5 Nascida em 6 de fevereiro de 1915, Ester de Figueiredo Ferraz diplomou-se professora pela Escola Normal Caetano de Campos, em 1933. Atuou como professora de filosofia social, lógica e sociologia na mesma escola e ocupou cargo de professora livre-docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (MELLO, 1954). Foi secretária de Educação do estado de São Paulo e a primeira mulher a ser ministra no Brasil, tendo falecido no ano de 2008.

Apresentação de *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal*

1. O conteúdo expresso

Segundo Carvalho (2010), após participar da equipe que estudou a reformulação da matéria/disciplina língua portuguesa dos cursos normais e propor a inserção da literatura infantil como parte dessa disciplina, em 1957, Bárbara Vasconcelos de Carvalho passou a ser “extremamente procurada para saber como é que se desenvolvia essa disciplina” (Ibidem, p. 2) e, devido a essa situação, decidiu aprofundar seus estudos sobre literatura infantil e escrever um manual de ensino de literatura infantil, atividade da qual decorreu *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal*.

Considerado o primeiro manual específico para o ensino da literatura infantil publicado em língua portuguesa (COELHO, 2006), teve sua primeira edição publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1959. Em decorrência do esgotamento dessa edição, o manual teve outras duas edições: a segunda, em 1961, pela Edições Leia; e a terceira, cuja data de publicação não pude localizar, pelo Ibep.

Além da mudança de editora, *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal* também teve a segunda edição ampliada, em relação à primeira; e a terceira, em relação à segunda.

Na introdução de seu manual, Carvalho afirma que seu objetivo é

recomendar às jovens professoras que elas saibam orientar as leituras, de acordo com a idade do educando e, conseqüentemente, com os seus interesses, sabendo substituir tudo aquilo que não convém à formação psicológica [da criança]. (CARVALHO, 1959, p. 5).⁶

Ao longo dos capítulos de *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal* (1959), Carvalho explicita conceitos e aspectos fundamentais para a compreensão de sua proposta para o ensino da literatura infantil ali concretizada. Para Carvalho (Ibidem, p. 72), a literatura infantil é “todo acervo de bela e agradável leitura, que também não deixa de ser cultural [...] [e que é] dedicado à criança e ao adoles-

cente”. Com base nessa definição, Carvalho considera que a literatura infantil tem por objetivo:

formar e desenvolver o hábito e o gosto da leitura; disciplinar a atenção; estimular a inteligência e a memória; cultivar a imaginação; [...] finalmente, aperfeiçoar o caráter, pois sabemos que a arte é, sobretudo, edificante e moralizadora, predispondo o espírito para os valores estéticos e éticos, para o Bom e para o Belo. (Ibidem).

Para Carvalho (Ibidem, p. 89), a literatura infantil, para atingir seu objetivo, “deve reunir em si finalidades didáticas, psicológicas, sociais e morais dentro de uma paisagem artística e recreativa”. A autora aponta que, além dessas finalidades, o texto de literatura infantil deve reunir requisitos literários, morais, psicológicos e materiais, que, unidos, preenchem as exigências estéticas da literatura infantil (Ibidem).

No âmbito da produção de literatura infantil, ela considera que há uma distinção entre “literatura didática” e “literatura recreativa”. Para ela, toda literatura, seja didática, seja recreativa, é instrutiva ou educativa, mas a “literatura didática” é assim nomeada por ter como único objetivo instruir a criança (Ibidem).

A “literatura recreativa”, por sua vez, é composta por livros agradáveis e belos, que se destinam às crianças e têm por objetivo:

formar e desenvolver o hábito e o gosto pela leitura; disciplinar a atenção; estimular a inteligência e a memória; cultivar a imaginação; despertar o interesse pela sociedade humana e seus problemas comuns; vivificar o espírito, dando-lhe aguçidade e penetração; finalmente, aperfeiçoar o caráter, pois sabemos que a arte é, sobretudo, edificante e moralizadora, predispondo o espírito para os valores estéticos e éticos, para o Bem e para o Belo. (Ibidem, p. 72).

Além desse objetivo, a “literatura recreativa”, segundo a autora, deve ser “ajustada à evolução da criança”.

Dos 4 aos 7 anos, a criança percorre a fase *egocêntrica*, fase de *fabulação* ou *imaginismo*. Esta é a fase dos contos de fadas, de animais, de fatos da

6 Por se tratar de pesquisa histórica, mantive a ortografia apresentada nos títulos e no conteúdo dos documentos aqui citados.

vida real. [...] Quando mais fantástico, mais ao seu agrado. [...] Dos 8 aos 12 anos, já o interesse varia, embora os contos maravilhosos agradem sempre. Surge uma nova atração, esta é uma fase de transição entre a infância e a adolescência, de inquietação: é a fase de *socialização* ou *racional*, fase do robinsonismo, isto é, das aventuras. [...] Dos 13 aos 16 anos, inicia-se a fase do *realismo*, a fase da adolescência. Esta fase, mais capacitada, conjuga os 3 elementos, fundindo as 3 características psicológicas: *drama*, *ação* e *realismo*. É o predomínio da novela sentimental, em que encontramos tôdas as emoções. (Ibidem, p. 68-69).

Baseada na concepção de literatura infantil aqui exposta, Carvalho propõe que o principal motivo para que os “alunos-mestres” estudem a literatura infantil para ensiná-la às crianças seja conseguir “despertar na criança e no adolescente o prazer da leitura, [...] iniciá-los na cultura, de modo atraente, para dar-lhes a devida formação” (Ibidem, p. 6).

A autora considera, ainda, que o estudo da literatura infantil por parte dos “alunos-mestres” é fundamental para despertar nas crianças o interesse pela leitura; afirma também, em relação ao trabalho do professorando, que “em suas mãos está a responsabilidade das virtudes e dos vícios adquiridos na educação intelectual da criança” (Ibidem, p. 73). Por isso, o estudo da literatura infantil deve ser por “amor de seus alunos, pensando nêles, visando a êles” (Ibidem, p. 6).

2. As editoras

Desde o início do século XX, a política de editar livros didáticos tornou-se importante negócio para algumas editoras (ÁTICA, 1998). Algumas tipografias e editoras, como a Companhia Melhoramentos, em São Paulo, e a Francisco Alves, no Rio de Janeiro, passaram a ter grande parte de sua produção de livros voltada para os livros didáticos (HALLEWELL, 2005).

A partir da década de 1920, após um período de crise no setor livreiro, em decorrência do fim do benefício de isenção de impostos para importação de papel, foram criadas *sólidas* editoras que também se especializaram, dentre outros, na produção de livros didáticos, como a Companhia Editora Nacional (HALLEWELL, op. cit.).

Fundada por Octalles Marcondes Ferreira e José Bento Monteiro Lobato, em novembro de 1925,

a Companhia Editora Nacional já estava constituída e preparava-se para iniciar seu programa editorial com a publicação de uma versão, supervisionada por Lobato, do primeiro de todos os livros escritos sobre o Brasil no século XVI, o relato de Hans Staden de sua aventura entre os canibais. (Ibidem, p. 346).

De acordo com Dutra (2004), a Companhia Editora Nacional foi beneficiada pela experiência inovadora de Monteiro Lobato e de Octalles Marcondes Ferreira, tornando-se herdeira de um projeto com inspiração iluminista. Para alcançar o sonho de Monteiro Lobato de “inundar o país de livros”, a editora valeu-se

de uma fórmula editorial de grande sucesso que marcou a paisagem editorial oitocentista francesa, expandindo-se da França para o mundo: as coleções. (Ibidem, p. 6).

Essas coleções significaram uma política de popularização da leitura e também tornaram especializado o trabalho dentro da editora, “uma vez que demandava políticas de acervos editoriais e reforçava o papel estratégico do editor” (Ibidem). A partir da década de 1930, a Companhia Editora Nacional tornou-se, segundo Hallewell (op. cit.), a maior editora de livros de São Paulo, e, na comemoração de seus trinta anos, a manchete lançada pela editora foi de que ela já havia publicado 7 milhões de livros, compreendendo ao todo 2.416 títulos (DUTRA, op. cit.).

Durante a década de 1950, a Companhia Editora Nacional consagrou-se como a maior editora brasileira e uma das principais no ramo dos livros didáticos. Nesse período,

sua produção atingiu o pico entre 5 e 7 milhões de exemplares por ano. Em 1954, produziu 368 edições num total de 5.141.500 exemplares; em 1955, 349 edições, com 6.002.500 exemplares impressos. Então, ainda ocupando, com folga, o primeiro lugar entre as editoras brasileiras. [...] Doze anos mais tarde, ainda se atribuíam à [Companhia] Editora Nacional 55% de todos os livros didáticos para o ensino primário e secundário publicados no Brasil. Para este último nível, em 1970, havia

praticamente apenas duas concorrentes, a Ática e a Editora do Brasil. (HALLEWELL, op. cit., p. 372).

Foi nesse momento em que a Companhia Editora Nacional se firmou como uma das principais editoras brasileiras que *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º ano normal foi publicado em sua primeira edição.

Durante a década de 1970, quando usufruía, ainda, de todo sucesso da Companhia Editora Nacional na publicação de livros, Octalles Marcondes Ferreira faleceu, vítima de um infarto. Porém, seus herdeiros, com dificuldades para manter a Companhia Editora Nacional no mesmo ritmo de produção, resolveram vendê-la e a “José Olympio mostrou interesse na aquisição e [...] solicitou ajuda governamental [...] ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)” (Ibidem, p. 383).

Embora a José Olympio tivesse demonstrado interesse na aquisição da Companhia Editora Nacional, sua situação financeira não possibilitou essa transação comercial, tornando-se, assim, a Companhia Editora Nacional propriedade do BNDE (Ibidem). No ano de 1979, o BNDE decidiu vender a Companhia Editora Nacional e, em 1980, ela foi adquirida pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (Ibep) (Ibidem), fundado, em 1965, por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Cornado.

Quando adquiriu a Companhia Editora Nacional, o Ibep revisou e atualizou toda sua linha de livros didáticos e passou a publicar todos os seus livros com o selo das duas editoras.

Embora o Ibep tenha adquirido a Companhia Editora Nacional, até o momento, não localizei nenhuma informação que indique se esse foi um dos motivos de a publicação da terceira edição de *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º ano normal ter sido feita pelo Ibep. Até o momento, também não localizei informações sobre a Edições Leia, nem o motivo pelo qual a segunda edição foi publicada por essa editora.

Aspectos do momento histórico

A partir de meados da década de 1920, teve início, no Brasil, a difusão de ideias pedagógicas com as quais se pretendia renovar a educação brasileira.

Visando a uma política nacional de educação, mediante a integração e generalização, [...] e à organização sistêmica do ensino em seus diferentes graus [...], essa aspiração encontra sua síntese nos princípios da “Escola Nova”, tal como passam a ser interpretados, divulgados e institucionalizados pelos renovadores e inovadores da época – a partir, sobretudo, d’O *Manifesto dos pioneiros da educação renovada* (1932). (MORTATTI, 2000a, p. 143).

Mediante a disseminação das ideias da Escola Nova, a partir dos anos de 1920, as reformas estaduais ocorridas durante a Primeira República no ensino primário e normal passaram a servir como elemento para uma “revisão crítica” dos padrões das escolas normais brasileiras existentes (TANURI, 2000).

A tentativa de introdução de tais ideias na legislação escolar levou a novas e significativas remodelações no âmbito da Escola Normal, destacando-se a reforma realizada por Anísio Teixeira no Distrito Federal, mediante publicação do Decreto 3.810, de 19/3/1932.⁷ (Ibidem, p. 72).

Movimento semelhante ao do Distrito Federal ocorreu, em 1933, no estado de São Paulo, em que se tomou como modelo o Instituto de Educação do Distrito Federal. Assim,

visando também a uma organização nova para a formação do magistério primário, foi criado [...] o primeiro Instituto de Educação no estado de São Paulo, pelo Decreto estadual n. 5.846, de 21 de fevereiro de 1933, promulgado na “Reforma Fernando de Azevedo”, sintetizada no Decreto estadual n. 5884, de 21 de abril de 1933, o *Código de Educação do Estado de S. Paulo*. (LABEGALINI, 2010, p. 52).

7 Esse decreto, de 19 de março de 1932, dispõe sobre a transformação e a organização da Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação, que passou a ser constituído por quatro escolas: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim de Infância (TANURI, 2000). As escolas Secundária, Primária e Jardim de Infância eram utilizadas como atividade de pesquisa e experimentação no âmbito das disciplinas/matérias do curso normal da Escola de Professores (Ibidem).

A partir das iniciativas pioneiras de instalação do Instituto de Educação do Distrito Federal e do Instituto de Educação de São Paulo, aos poucos, “foram sendo definidos um ideal de ‘curso normal profissionalizante’ e as tendências que marcariam a escola normal nos anos seguintes” (MORTATTI, 2008, p. 72).

No caso do estado de São Paulo, desde que foram criados os Institutos de Educação, na década de 1930, até a sua extinção, na década de 1970, os cursos neles ministrados, dentre eles, o normal, passaram por diversas transformações, principalmente no que diz respeito às matérias/disciplinas incluídas nesse curso. Dentre essas modificações, destaco a promulgação da Lei n. 3.739, de 22 de janeiro de 1957, que “dispõe sobre a organização do ensino normal no estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 1957, p. 159).

Segundo Labegalini (op. cit., p. 98), a partir dessa lei, “o currículo, que anteriormente compreendia ‘matérias’ cujo ensino era distribuído em ‘cadeiras’ (que abrangiam uma ou mais ‘matérias’), passou a ser distribuído em ‘disciplinas’”.

A partir dessa modificação, as disciplinas dos cursos normais foram reformuladas por equipes de professores que atuavam nesses cursos no estado de São Paulo. No caso da disciplina língua portuguesa, dentre as reformulações propostas, estava a de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, que consistiu na constituição da literatura infantil como disciplina vinculada à disciplina língua portuguesa.

Como resultado das atividades desenvolvidas por essas equipes que reformularam os programas das disciplinas dos cursos normais, foi publicado o Comunicado n. 18, de 3 de março de 1958, da Chefia do Ensino Secundário e do Curso Normal, do qual constam as alterações dos programas de ensino (SÃO PAULO, 1958, p. 3).

De acordo com Labegalini (op. cit.), os conteúdos das matérias de ensino dos Institutos de Educação tinham função social e deviam servir aos objetivos do Estado, submetendo-se aos programas determinados pela legislação, com o objetivo de alcançar “determinado modelo de sociedade”.

Nessa perspectiva de formação de professores e com base nos programas de ensino, passaram a ser publicados os manuais de ensino de diferentes matérias/disciplinas, que são representativos da disseminação das ideias escolanovistas que circularam ao longo do momento histórico de funcionamento dos Institutos de Educação.

De modo geral, esses manuais fizeram “parte das leituras promovidas pela escola” (SILVA, 2003, p. 4), tendo exercido, à época em que foram utilizados, importante função na formação dos professores,

pois são escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas, além de definirem com isso determinados modos de transmissão e apreensão desses conhecimentos. (Ibidem).

De acordo com Silva, esses manuais de ensino

sustentaram a profissão docente cuja constituição foi palco de lutas intensas de afirmação social e institucional de novos campos e disciplinas científicas. [...] A (re)produção, circulação e apropriação dos conteúdos dos manuais pedagógicos estiveram, portanto, relacionadas também às vicissitudes da institucionalização das escolas normais e da constituição de campos acadêmicos usados na área educacional. (Ibidem, p. 27).

Considerações finais

Os resultados obtidos por meio da análise da configuração textual, aqui apresentados, vêm possibilitando compreender aspectos importantes da história do ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil.

Esses resultados permitem confirmar que *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º ano normal (1959), de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, foi o primeiro do gênero a ser publicado em língua portuguesa, no Brasil, e contém um conjunto de saberes relativos à literatura infantil, considerados necessários para a formação do professor primário, que foram sendo gradativamente estruturados, de acordo com os programas oficiais de ensino, e contribuíram para a constituição da literatura infantil como disciplina dos cursos normais no Brasil.

Esses resultados possibilitam, ainda, confirmar a relevância e a pertinência de pesquisas históricas, como esta que venho desenvolvendo, e, principalmente, a sua contribuição para estudos tanto sobre literatura infantil quanto sobre a história do ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil.

Referências bibliográficas

- ÁTICA. *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- BELINKY, T. “Apresentação”. In: CARVALHO, B. V. *Literatura infantil: visão histórica e crítica*. 2. ed. São Paulo: Edart, 1983.
- CARVALHO, B. V. *Compêndio de literatura infantil: para o 3º ano normal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. _____. 2. ed. São Paulo: Leia, 1961.
- _____. _____. 3. ed. São Paulo: Ibep, [s.d.].
- CARVALHO, C. V. *Entrevista*. [fev. 2010]. Entrevistador: Fernando Rodrigues de Oliveira. Salvador: [s. n.], 2010.
- CECCANTINI, J. L. C. T. “Perspectivas de pesquisa em literatura infantojuvenil”. In: _____. (Org.). *Leitura e literatura infantojuvenil: memória de Gramado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.
- COELHO, N. N. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. São Paulo: Quiron, 1983.
- _____. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- DUTRA, E. F. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVROS E HISTÓRIA NO BRASIL, 1., 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2009.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo G. de Souza. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LABEGALINI, A. C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação do estado de São Paulo: 1933 a 1975*. Marília: Unimar; São Paulo: Arte & Ciência, 2010.
- MELLO, L. C. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.
- MORTATTI, M. R. L. *Leitura crítica da literatura infantil. Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, ano 19, n. 36, p. 11-17, dez. 2000a.
- _____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876-1994*. São Paulo: Editora Unesp, 2000b.
- _____. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89, p. 467-476, 2008.
- OLIVEIRA, F. R. *Bibliografia de e sobre Bárbara Vasconcelos de Carvalho: um instrumento de pesquisa*. Marília, 2010. (Digitado).
- SANTOS, L. J. Discurso na concessão do título de acadêmico emérito à professora Bárbara V. de Carvalho. *Revista da Academia Baiana de Educação*, v. 2, n. 7, p. 47-48, set. 2001.
- _____. *Entrevista*. [fev. 2010]. Entrevistador: Fernando Rodrigues de Oliveira. Salvador: [s.n.], 2010.
- SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1957. v. 1.
- _____. *Programas do curso normal*. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.
- SILVA, V. B. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 6, p. 29-58, jul.-dez. 2003.
- TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 61-88, maio-ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- TREVISAN, T. A. *Um estudo sobre práticas escolares (1940), de Antônio D’Ávila*. 2003. 66 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- _____. *A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática, de Antonio d’Ávila (1954)*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

Recebido em setembro de 2010 e aceito em janeiro de 2011.